



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**LÍDIA RAIELY SILVA DA PASCOA**

**RACISMO COTIDIANO NO AMBIENTE ESCOLAR E O PROCESSO DE  
SUBJETIVAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA**

**ACARAPE-CE**

**2023**

**LÍDIA RAIELY SILVA DA PASCOA**

**RACISMO COTIDIANO NO AMBIENTE ESCOLAR E O PROCESSO  
DE SUBJETIVAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA**

Projeto de pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso e para obtenção do título de Bacharel em Humanidade pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - Bloco didático Palmares

Orientadora: Profa. Dra Antonia Suele de Souza Alves Pereira

Co-orientadora: Profa. Dra Carolina Maria COSTA Bernardo

**Acarape-CE**

**2023**

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> _____	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> _____	<b>6</b>
<b>2.1</b>	<b>Tema</b> _____	<b>8</b>
<b>2.2</b>	<b>Delimitação do tema</b> _____	<b>8</b>
<b>2.3</b>	<b>Objetivo Geral</b> _____	<b>8</b>
<b>2.3.1</b>	<b>Objetivos específicos</b> _____	<b>8 - 9</b>
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> _____	<b>9</b>
<b>4</b>	<b>PROBLEMAS DA PESQUISA</b> _____	<b>11</b>
<b>4.1</b>	<b>Questão central</b> _____	<b>11-12</b>
<b>4.1.1</b>	<b>Questões específicas</b> _____	<b>12</b>
<b>5</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> _____	<b>12</b>
<b>5.1</b>	<b>Movimento Negro e a resignificação do conceito de raça na reivindicação por direitos sociais, políticos, educacionais e culturais.</b>	<b>12</b>
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b> _____	<b>31</b>
<b>6.1</b>	<b>Capacitação e Revisão Bibliográfica</b>	<b>32</b>
<b>6.2</b>	<b>Conhecer o campo de pesquisa</b>	<b>32</b>
<b>6.2.1</b>	<b>Definição de Objetivos e Metas</b>	<b>32</b>
<b>6.3</b>	<b>Entrevista</b>	<b>35</b>

<b>6.4</b>	<b>Escrevivência</b>	
<b>6.4.1</b>	<b>Personificação e produção da escrita</b>	<b>35</b>
<b>6.5</b>	<b>Tratamento dos dados</b>	<b>35</b>
<b>6.5.1</b>	<b>Registro e Documentação</b>	<b>35</b>
<b>7</b>	<b>CRONOGRAMA</b> _____	<b>36</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> _____	<b>37</b>

## RESUMO

Na tentativa de compreender as relações entre o racismo, a estruturação institucional escolar, a prática docente e o processo de subjetivação das crianças negras que busco, nesta pesquisa, uma teorização que exponha os efeitos gerados pelo mundo conceitual branco e pelas violências do racismo, através das relações e experiências escolares de crianças negras que deveriam estar experienciado o processo de ensino aprendizagem sem dores e traumas causados pela condição de sua cor e /ou identidade racial. A partir disso, temos como objetivo desta pesquisa evidenciar os efeitos que o racismo cotidiano presente no ambiente escolar é capaz de desenvolver na subjetividade da criança negra de acordo com as características do processo de subjetivação humana. Para alcançar nossos objetivos, pretendemos, para a elaboração desta pesquisa, articular o exercício do estágio de regência, durante a graduação no curso de Pedagogia, com uma prática científica que permita o acompanhamento do cotidiano escolar do grupo já delimitado, tanto em ação e prática, quanto na observação e cuidado mais específico às crianças. Consideraremos, ainda, na construção deste processo, os elementos teóricos-metodológicos apontados por KILOMBA (2019). Esperamos, com esse projeto, evidenciar os resultados gerados pela relação de poder que decorre da discriminação racial sofrida por crianças negras, pois o tempo vivido no cotidiano escolar é mediador dos possíveis efeitos assimilados por essas pessoas, já que a frequência desses episódios é naturalizada pelos pares da educação e faz essas crianças se perceberem a partir da ótica racista. Nesse sentido, recorro às referências teóricas que propõem análises sobre a relevância dos rompimentos com o ideal ocidental do fazer docente e que não se perdem das ações humanizantes quando se trata das experiências junto à escolarização das crianças negras.

Palavras chaves: Racismos cotidiano; Escolarização; Subjetivação, Criança negra.

## 1. INTRODUÇÃO

Os espaços educacionais atuam como manutenção das ideologias racistas e prestam papel decisivo na construção social, cidadã e psíquica das pessoas negras. O que podemos perceber através de manobras sociais que negociam, inconscientemente, possíveis protagonismos e cancelamentos a partir das convenções simbólicas e morais de estereotipação das personalidades e subjetividades das crianças negras por meio de um ambiente escolar que repercute valores racistas.

A partir disso, o objetivo deste trabalho é evidenciar os efeitos que o racismo cotidiano, presente no ambiente escolar, é capaz de desenvolver na subjetividade da criança negra junto ao processo de escolarização. Essa ação se dá pela intenção de reafirmar que as expressões presentes nas interações escolares, tangenciam o jargão que defende a ausência do racismo nesse ambiente, “na educação todos são iguais” e por isso “não há” comportamentos discriminatórios, todavia, diversas intelectuais negras têm apontado as expressões alinhadas à ideologia e simbologia racista (CARNEIRO, 2011 apud CAVALLEIRO, 2000).

Para mensurar a onipresença da prática racista em instituição escolar, SILVA (2002) apresenta “a respeito das práticas de escolarização formal de uma parcela significativa da população afro-descendente e da legislação educacional, na Corte Imperial, da primeira metade do século XIX.” (2002, p. 149) quando descreve sobre a experiência de um professor preto que criou uma escola no Brasil colônia - Pretextato (1953) para a educação de crianças pretas e pardas. Esse fato se deu em resposta à negação de que crianças “pretas e pardas” ao serem impedidos de acessar a escola, as mães e os pais dessas crianças, viram na identidade racial do professor Pretextato, a oportunidade de suas/seus filhas/os serem escolarizadas.

A intervenção educacional escolar não é imparcial e se utiliza de métodos e técnicas a fim de alcançar seus objetivos. Uma das maiores problemáticas que considero perigosa nas práticas escolares, se dá pelo fato que o molde institucional que prevê as intervenções pedagógicas e as didáticas impostas em contexto ocidental não dinamizam as diferentes possibilidades da performance docente, o que acaba por naturalizar modelos únicos na facilitação de conteúdos e conhecimentos. As estruturas institucionais que surgem junto ao pensamento eurocêntrico ignoram as especificidades que cada cultura apresenta diante os processos de ensino aprendizagem.

A subjetividade do ser africano e afrodescendente é influenciada pelo descarrilamento civilizatório (NOBLES, 2009), ou seja, a existência das pessoas negras e suas personalidades sofreram uma espécie de fragmentação ao experienciar as técnicas sádicas implementadas nas

ações de exploração do colonizador. O modo de vida das civilizações africanas foram estigmatizadas à primitividade e à ignorância, a ancestralidade africana foi submetida à escravidão e negada a qualquer aspecto de humanidade.

Nesse contexto de escravização e racismo, as estruturas sociais fundam as instituições de ensino inspiradas nas disciplinas religiosas, esse fato está atrelado com o imaginário racista que enxerga a educação da pessoa negra pelo uso da catequização, pois esta serviria para remissão e o fim da incivilidade e imoralidade estereotipada na pessoa negra, porém o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento intelectual da pessoa negra não era legitimada de qualquer evolução ou desenvolvimento.

Considerando os valores coloniais e a aceitação dos preconceitos e da descriminalização em virtude da hierarquia racial que a branquitude construiu e implantou nos ambientes escolares, é necessário que haja ações acadêmicas, intelectuais, culturais, educativas, políticas e sociais que abordem a subjetividade das pessoas negras numa perspectiva humanizante para o fim do sofrimento e do silêncio causados pelo racismo cotidiano. Com essa consideração, esta pesquisa tem o intuito de entender como ocorre o processo de subjetivação da criança negra em dinâmica cristalizada pelo racismo cotidiano no ambiente escolar e como se caracteriza na personalidade da mesma.

Todo contexto onde o racismo é legitimado, a sua superação deste se fragiliza, principalmente quando os primeiros referenciais racistas são apresentados ainda na primeira infância, as intervenções anti racistas acabam tendo o seu poder reeducacional reduzido perante a familiarização precoce com as heranças coloniais. Ou seja, é desafiador desconstruir ideologias racistas em uma pessoa adulta que recebeu esse tipo de formação desde a sua infância e esse é o maior problema ocasionado por instituições de ensino infantil que ignoram as perpetuações das ações do racismo estrutural. Isso explica, desde o sentimento de inferioridade por parte das crianças negras até comportamentos egoístas de superioridade por parte das crianças brancas, já que educadores performam a normalização de relações excludentes e que condicionam os aspectos das interações que acontecem dentro e fora das escolas.

Esses comportamentos são intensificados ao passo que os conteúdos abordados em sala de aula não são direcionadas às crianças negras através de interações afetivas e de apreço, é comum, por exemplo, os livros de historinhas levados pelas/os educadoras/es, não terem a presença de protagonistas negros/as e, por muitas vezes, quando têm personagens negros/as, estes podem ser o/a antagonistas.

A pesquisa percorre também no levantamento bibliográfico que informa sobre a mobilização do movimento negro brasileiro no que se refere a presença e experiência escolar dessa população, para instrumentalização de ações políticas, culturais, educativas e sociais em políticas públicas e ações afirmativas que possam equiparar a oportunidade e o direito público e cidadão ao acesso à educação longe dos estigmas causados pela colonização europeia. Apresentou aspectos da articulação pedagógica desenvolvidas por algumas personalidades influentes para as propostas implementadas nos espaços de organização desse movimento, com isso refletir o atual momento histórico para o resgate ou adaptações dessas pedagogias e intervenções sociais na atual educação escolar. Reconhecendo o percurso educador realizado no contexto brasileiro, este fazer científico conta com o intuito de mapear ações pedagógicas antirracistas que têm o potencial de proporcionar novos significados e símbolos à subjetividade da criança negra que impedem a criação de traumas.

## **2. APRESENTAÇÃO**

É na tentativa de compreender as relações entre o racismo, a estruturação institucional escolar, a prática docente e o processo de subjetivação das crianças negras que busco, nesta pesquisa, uma teorização que exponha os efeitos gerados pelo mundo conceitual branco e pelas violências do racismo, através das relações e experiências escolares de crianças negras que deveriam estar experienciado o processo de ensino aprendizagem sem dores e traumas causados pela condição de sua cor e /ou identidade racial.

Considero que, para relacionar as categorias e os conceitos supracitados - sem cair em um monólogo teórico, é necessário, também, investigar a prática docente antirracista que supere a estigmatização das capacidades intelectuais e subjetivas de crianças negras. Assim, recorro às referências teóricas que propõem análises sobre a relevância dos rompimentos com o ideal ocidental do fazer docente e que não se perdem das ações humanizantes quando se trata das experiências junto à escolarização das crianças negras.

Para isso, é necessário evidenciar os resultados gerados pela relação de poder que decorre da discriminação racial sofrida por crianças negras, pois o tempo vivido no cotidiano escolar é mediador dos possíveis efeitos assimilados por essas pessoas, já que a frequência desses episódios é naturalizada pelos pares da educação e faz essas crianças se perceberem a partir da ótica racista. Nesse sentido, esta pesquisa se utiliza de trabalhos já realizados, muitos deles, no método de estudo de caso, para compreender como ocorrem essas relações,



respondendo à seguinte questão: Quais os efeitos gerados à subjetivação da criança negra em socialização escolar do processo de ensino-aprendizado mediado pelo racismo cotidiano?

Trago, nesta imersão de trabalho de conclusão de curso, do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, o desafio de organizar um pensamento capaz de arguir sobre as expressões opressivas provenientes da colonização europeia e da herança sádica de objetificação, subalternização e coisificação das pessoas negras. Interessa também analisar as posturas institucionais que são responsáveis pelo oferecimento de ensino e educação à pessoas afrodescendentes, tendo como base referências de ações institucionais antirracistas. Não se delimita um período histórico, visto que o intuito é relacionar as ações institucionais do Estado com a “atemporalidade” do racismo citado por KILOMBA (2019, p. 222) que se manifesta em tempos distintos através do cotidiano escolar na mediação docente e interações escolares.

O ambiente escolar é entendido aqui enquanto instância/categoria para uma análise referente à construção das experiências subjetivas individuais e coletivas no que se refere aos efeitos das práticas racistas presentes no processo de subjetivação das crianças negras. A partir do fazer científico com qualidade política, esta pesquisa trata a população negra como símbolo e significado de humanidade e de direitos, a qual merece o compromisso público e social para geração de reparação histórica e psicológica para superação dos estereótipos criados, produzidos e mantidos pela ideologia escravocrata.

Sabendo o foco principal deste percurso científico, utilizo a metodologia de “pesquisa centrada em sujeito”, a mesma utilizada por Grada KILOMBA em seu livro *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*, no qual a autora apresenta seu propósito de retirar das comunidades negras a representação de objeto. Com isso, a autora rompe o ato científico da lógica institucionalizada que, cotidianamente, gera na população negra um sentimento de inferioridade. Nesse sentido, a identidade da pessoa negra pode ser construída a partir de uma lógica de negação, projeção e culpa criada pelas pessoas brancas em suas relações de poder e privilégio (KILOMBA, 2019). Como escreveu CARNEIRO(2011), “Aqui aprendemos a não saber o que somos e, sobretudo, o que devemos querer ser.” (CARNEIRO, 2011, p. 64).

Enfatizando a “qualidade política”(Idem, p.2) nesta escrita, o fazer científico é perpassado, confluindo sankofa pela auto identificação de ser produzido por uma cientista humana prete que pôde constatar na trajetória intelectual a presença da expressão racista, elitista e bancária nas relações educativas escolares a partir da ótica colonial de formação escolar e cognitiva. Parafraseando KILOMBA (2019, p. 27-28), “Não sou o objeto, mas o

sujeito. Eu sou quem escreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político [...] Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou.”.

No presente exercício intelectual, artigos, ensaio, livros e outras produções científicas com temas relacionados à estruturação institucional escolar brasileira, ao racismo cotidiano, relações étnicas raciais na escola, à educação do negro no Brasil, aos processos de subjetivação e à subjetividade da criança negra, serão referências bibliográficas a fim de construir entendimento e explanação acerca do atravessamento, tangenciamento, negligência e subestimação causados por ideologias racistas. Ou seja, diferentemente de produções que defendem uma tal igualdade dentro das relações educacionais e uma suposta universalidade no direito à educação, consideramos teóricos que discutem sobre os resultados que o racismo gera nas pessoas negras.

Há comportamentos e falas nas interações escolares que ainda expressam uma concepção estereotipada sobre a personalidade das crianças negras, inclusive em relação a aspectos físicos ou psicológicos. E é nessa observação que se percebe a resistência por parte das instituições de ensino em não implementar integralmente a lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras de ensino fundamental e médio.

**2.1. Tema:** Racismo no cotidiano escolar.

**2.2. Delimitação do tema:** Racismo cotidiano no ambiente escolar e seus efeitos no processo de subjetivação da criança negra.

### **2.3. Objetivo Geral**

**Evidenciar** os efeitos que o racismo cotidiano presente no ambiente escolar é capaz de desenvolver na subjetividade da criança negra de acordo com as características do processo de subjetivação humana.

#### **2.3.1. Objetivos específicos**

1. Entender como ocorre o processo de subjetivação na pessoa negra vinculado ao contexto escolar e como se caracteriza na personalidade psicológica da mesma.

2. Analisar os efeitos que a interação escolar pode desenvolver nos aspectos psicológicos da criança negra e como interfere no processo de ensino-aprendizado mediado pela expressão educacional da ideologia racista.
3. Mapear ações pedagógicas antirracistas que têm o potencial de proporcionar significados/símbolos de acolhimento das experiências traumatizantes das crianças negras para interromper o possível ônus causado-as.

### 3. JUSTIFICATIVA

Sankofa é para mim o rito de escrita desta pesquisa, pois no presente eu retorno às memórias dos ciclos de formação escolar, cidadã e intelectual da criança que fui. Digo isso, porque cresci ouvindo as pessoas falarem “você é muito linda, porque não vai ser modelo?” e dentro de uma lógica de subalternização, crianças e jovens negras/negros só poderão “subir” na vida se for por meio da fama - exotificação, porém, agora após anos de aprendizados e amadurecimentos, considero meus estudos e tudo que eu faço, como desejo de ascensão social enquanto sonhos coletivos, no sentido de afirmar minha compreensão acerca da repercussão que são, os acessos às oportunidades experienciados por pessoas de família negra, baixa renda, periférica e numerosa como é o meu caso - família composta por um casal preto que têm nove filhos.

Em momentos de conflitos causados pelas pesquisas bibliográficas, eu reflito sobre a interferência que a urgência de ir trabalhar, causa na continuidade da formação intelectual de pessoas negras, como por exemplo, a evasão escolar e a discrepância sobre a disparidade dos índices de ingressos à instituição de ensino superior entre pessoa negras e pessoas brancas, a fragmentação do desejo de estar em interação escolar e a necessidade do trabalho.

Atualmente busco apontar de que forma as experiências escolares geridas pelo cotidiano racista refletem na construção e manutenção dos aspectos subjetivos das pessoas negras no que tange à representação humanizada de crianças em fase escolar, já que a maneira como a comunidade escolar se expressa, cria referências simbólicas de outridade através dos processos de subjetivação e socialização. E assim tendem a construir nas crianças negras o sentimento de não pertença a esses lugares e geram nas mesmas, um distanciamento da valorização de suas personalidades, capacidades cognitivas e experiências intelectuais.

A importância de pensar o processo de subjetivação experienciado por crianças negras dentro da escola se dá pela constatação dos índices que demonstram a disparidade

entre pessoas negras e brancas em relação a evasão escolar, o índice da população carcerária, da população manicomial, taxas de homicídios, taxas de suicídio e o grau de pobreza a qual descreve a demografia brasileira. Daí surge a inquietação de verificar como se refere a disposição do ensino perante a presença das crianças negras no ambiente educacional.

É preciso levar para os pares - realizadores da docência e administradores institucionais, amostras sobre como a humanidade negra tem sido afetada de maneira material e simbólica com o adoecimento psíquico. Já que nas idealizações sociais e políticas, a educação é capaz de refazer conspirações de futuro, é considerada antídoto para toda e qualquer desigualdade social.

Ao decorrer desta pesquisa, considero o conceito de outridade e de trauma (KILOMBA, 2019), pois servirá para analisar se estes também são efeitos que a criança negra sente ao ser negada de seu aspecto intelectual e se o tratamento praticado pelas/os educadoras/es e pelas próprias crianças, causam nestas, sentimentos de desafetos. Já elas, de acordo com suas idades e propriedades psíquicas, percebem na sala de aula, exemplo do que são interações amistosas e afetivas, porém dificilmente são elas ou suas/seus semelhantes que experienciam esses tipos de tratamentos.

Considero, então, que a realidade vivida por crianças negras na construção de desejos escolares é condicionada pela relação que expõe suas características físicas e personalidades enquanto desajustadas e não sendo bem vindas e queridas naquele espaço. Pedagogas/os como mediadoras/es de autopercepções no reconhecimento dessas subjetividades, possuem poder na geração de auto estima ou baixa auto estima das crianças, pois podem fazer elas se associarem a certos tipos de significados e símbolos que acarretam formas pejorativas ou não, na auto percepções simbólicas e materiais.

Nesse percurso, enquanto uma pessoa negra, lembro dos ruídos que me fizeram “se afastar” do desejo de cursar Psicologia e tenho ainda mais forte as memórias que narram sobre a incredibilidade que recebi quando compartilhei com meu professor de Sociologia e Filosofia no ensino médio, esta vontade - “o desejo de cursar”, pois ainda é um desejo. Nesses episódios a “minha conduta” era régua que mensurava se eu tinha ou não uma semelhança com a identidade intelectual profissional de psicóloga, minha estética também era apontada como “desregular”. Por que usar piercing, ter cabelo afro com uma repartição “doida” e preferir as camisas do fardamento maiores que meu tamanho, “seria” o indicador do meu possível desempenho em uma graduação de Psicologia? Que infração eu cometi, para não ser associado com tal profissão? Porque meu processo de subjetivação na significação do desejo que eu tinha, foi reduzido a desapropriação da capacidade científica?

Com o desejo de “destruir”, esse espaço de registro dos estereótipos, utilizo a formação acadêmica para apontar minhas retomadas de autoestima que caminhou/a junto à des.familiarização com o afeto escolar e a auto percepção científica se percebendo pessoa de sapiência e intelectualidade, e possível de ressignificações nas representações estéticas. Capazes de contribuir para o bem viver/estar de pessoas que pertencem aos marcadores sociais dissidentes das centralidades padronizadoras. Nesse entendimento, considero que aqui se estabelece diálogo emancipador com os apontamentos que Nilma Lino realiza na conceituação dos Saberes: Político, Estético e Emancipatório, já que faço um movimento reverso, retirando a hegemonia do centro da valorização humana e ponho foco nas identidades marginalizadas pelas estruturas dominantes (uso esse referências de categorias, mas não compactuo com a dicotomia).

Penso através desta intervenção acadêmica maneiras de defender o potencial que os Estudos Etnico Raciais(EERE) têm para a formação pedagógica de educadores. Realizo analogia “metafórica” de como foi para mim receber da representatividade imagética corporal e intelectual da minha professora na altura - Roberta Bernardo que até então se apresentava como: negra, interiorana/periférica, lesbica, baixa renda e simpatizante de religiões de matriz africana, durante a formação em Artes Cênicas pela REDE CUCA Barra. Pois, em uma sociedade racista, capitalista, homofóbica, pertencer a essas identidades pode ser entendido como atitude de insurgências/emancipação/transcendência. E ainda poder ser protagonista das metodologias e didáticas desenvolvidas por ela, durante a formação de teatro, pude perceber uma consciência de autonomia e legitimidade de experiências e desejos. Já que o conhecimento proposto dialogava com as aspirações de cada jovem.

Com base nessas considerações, defendo a necessidade de investigar a relação entre o racismo cotidiano, o fazer docente, significados e símbolos presentes na escola e a subjetivação da criança negra, como catalisadora de um estado de consciência que incentive a ultrapassar o limite que impuseram por muito tempo ao referir-se às identidades e subjetividades não hegemônicas. Pois com a pedagogia de Roberta Bernardo, pude reorganizar minhas aspirações humanas em interação com o meu meio social nas suas diversas esperas ao ponto de me impulsionar para ocupações de novos espaços de ensino e no protagonismo enquanto arte educadore, articuladore social e future pedagogue. Assim, considero esta pesquisa resultado do que a minha negritude e sentimento de pertença social obtiveram nessa familiaridade à representatividade positiva já supracitada anteriormente.

Enfatizando uma das justificativa para este trabalho, está embasada na percepção referente ao poder de transformação social, cultural, política e educativa que performances

docentes têm em suas relações com as diferenças, com o enaltecimento das múltiplas humanidades e como as mesmas se tornam referências nas ressignificações subjetivas das pessoas que as experienciam. E nessa justificativa, concluo que pode existir um bônus coletivo ao que diz respeito às quebras dos estereótipos socialmente introjetados ao campo simbólico e representativos da concepção da personalidade das pessoas negras.

O projeto visa o aprimoramento teórico nas áreas: Psicologia da Educação, Psicopedagogia, Psicologia Social, Estudos Étnicos Raciais e Cultura Africana. Pretende-se aplicar esse conhecimento na prática, focando na mediação de espaços educacionais para crianças negras do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e de formação para gestores/as e pedagogos/as. A estratégia envolve a formação de uma equipe multidisciplinar, contando com a presença de profissionais qualificados e a realização de momentos da docência junto à prática científica. A atuação no campo de pesquisa busca compreender a implementação da lei 10.639/03 nas instituições e analisar a performance docente no que pode contribuir para a valorização da identidade das crianças negras e relacionar o processo de escolarização dessas crianças com referência aos seus processos de subjetivação. Intervenções plurais, atividades culturais e entrevistas são ferramentas utilizadas para realizar as etapas traçadas (ver página). A metodologia da escrevivência é aplicada para a captura, partilha e registros das experiências e das reflexões nos estágios de levantamento e tratamento dos dados. O registro e a documentação são essenciais para aprimorar as práticas científicas e compartilhar aprendizados com os pares da pesquisa.

## **4. PROBLEMAS DA PESQUISA**

### **4.1. Questão central**

**Quais** efeitos o racismo cotidiano presente no ambiente escolar, é capaz de desenvolver na subjetividade da criança negra, junto ao processo de sociabilidade escolar?

#### **4.1.1. Questões específicas**

- Como ocorre o processo de subjetivação da criança negra em dinâmica cristalizada pelo racismo cotidiano no ambiente escolar e como se caracteriza na personalidade da mesma?

- Quais os efeitos gerados à subjetivação da criança negra em socialização escolar do processo de ensino-aprendizado mediado pelo racismo cotidiano?

- Por que ações pedagógicas antirracistas, têm o potencial de proporcionar novos significados e símbolos à subjetividade da criança negra e impedem a criação de traumas?

## **5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **5.1. Uma breve descrição do racismo e considerações de sua influência e intencionalidade na subjetividade da criança negra no Sistema de Educação que se expressa anti negro.**

Adentrando a discussão sobre racismo, suas justificativas e suas ações diretas, há necessidade de elencar as etapas que foram desenvolvidas para conceituar a significação desse conceito. Pois, hoje no presente século (séc. XXI) há nitidamente resquícios de práticas sádicas que tornou possível a relação hierárquica entre os indivíduos em (con)vivências sociais, culturais e políticas. Mesmo que esta pesquisa não põe a conceituação do racismo como questão central, a compreensão sobre essa categoria, é necessária para entender quais são os resultados psicológicos gerados na subjetividade de crianças negras em interação e relação com uma sociedade que fora forjada pelo ideal do racismo.

Por isso, indagações como: O que é racismo? Como ele se estruturou enquanto uma característica social na instituição escolar brasileira? E por que recebe o adjetivo de “institucional” nas relações sociopolítica, sociocultural e socioeducacional? ajuda a analisar as possíveis descobertas acerca das consequências geradas nas experiências vividas por crianças negras através da geração dos traumas e das dissociações nos processos de ensino aprendizagem dessas pessoas, e sugerir intervenções políticas pedagógicas ao acolhimento das identidades e subjetividades da criança negra brasileira.

O racismo se inicia na concepção sobre “outras” pessoas no que se refere a maneira que suas características físicas são percebidas. E estas percepções as identificam no ideal das relações com posições dicotômicas, exemplo: superiores e inferiores. Para contextualizar, essa descrição é delimitada ao seu território de pesquisa, sendo este o Brasil, enquanto produto da invasão, exploração e tráfico de civilizações africanas e dos povos originários das Américas - colonização portuguesa. Vê-se Trindade (2011):

Blumenbach descreveu cinco principais raças: caucasóide, mongoloide, etiópica, americana e malaia. A raça que incluía os nativos da Europa, do Oriente Médio, do Norte da África e da Índia foi chamada de caucasóide porque, na opinião do pesquisador, o “tipo” humano perfeito era

representado pelos habitantes da Geórgia, nas montanhas do Cáucaso, região que, segundo ele, era o berço do homem (PENA, 2005, p. 325). A classificação das raças feita por Blumenbach fundamentou-se, principalmente, na origem geográfica, por isso as características morfológicas tiveram forte influência. No século XIX, o termo “raça” baseava-se quase que exclusivamente em tais características, como a pigmentação da pele, o tipo facial, o perfil do crânio, a quantidade, a textura e a cor do cabelo. (p. 27 apud Blumenbach (s/a), (s/d); apud (PENA, 2005, p. 325))

O processo de navegação teve como intenção a captação, o controle material desses territórios físicos e simbólicos, as “conquistas” dos espaços geográficos e das riquezas naturais desses ecossistemas, os navegantes europeus se utilizaram do sequestro e da tortura como técnica para atingir seu desejo, o que expõe a dimensão dos interesses da invasão realizada. Assim, definiu e nomeou a existência de diferentes povos e classificou suas características genóticas e fenotípicas correspondendo ao ego da branquitude em projetar-se como regra:

Historicamente, desde que o Brasil iniciou seu processo de colonização, sua constituição deu-se sob as bases do colonialismo, do patriarcado e do escravismo, sendo visto por seus colonizadores como uma terra exótica e tropical, ocupada por povos incultos e não dignos de um mesmo tratamento dos europeus. Posteriormente, passou a ser um consulado, formado por povos “sublusitanos, mestiçados de sangues afros e índios” (RIBEIRO, 1995, p. 447), que se encontravam como proletários marginalizados e comandados pelos portugueses. Os anseios dessas populações não eram levados em conta. O real interesse, naquele momento, era impulsionar o poderio marítimo europeu e garantir o enriquecimento da metrópole que explorava essa colônia – Lisboa. (Suess e SILVA, 2019, p.2 apud RIBEIRO, 1995, p.447)

Sendo assim, o racismo se configura na concepção de poder e controle em relação a uma organização impositiva, determinando posições diferentes entre os sujeitos com referência à imagem física, à cultura, às práticas tradicionais, aos costumes, aos cultos sagrados, etc, isso desenha condições de superioridade e de subalternidade. Na concepção preconceituosa do racismo em específico, o sufixo “imos” traz a qualidade de “ideologia” que nos remete a um ideal. Portanto, essa conduta de preconceito se expressa enquanto uma arma ideológica e é buscada com consonância ao que se quer controlar baseada no essencialismo da ideia de superioridade. E como afirma DOMINGOS (2017, p. 193) “a forma estruturante da escravidão foi a violência.”. Vê-se MUDIMBE (1988):

Embora as generalizações sejam sem dúvida perigosas, o colonialismo e a colonização significaram basicamente organização e arranjo. As duas palavras derivam da palavra latina *cólere*, que significa cultivar ou conceber.



Com efeito, a experiência colonial histórica não reflecte, nem pode obviamente reflectir, as conotações pacíficas destas palavras. Mas pode admitir-se que tanto os colonos (aqueles que colonizaram uma região) como os colonialistas (aqueles que exploram um território, dominado através de uma maioria local) tenderam a organizar e a transformar áreas não-europeias em constructos fundamentalmente europeus. (p. 6)

O invasor europeu se utiliza da força bélica e de “processos nos quais partes *cindidas* da psique são projetadas para fora, criando o chamado “Outro”, sempre como antagonista do “eu” (self).”(KILOMBA, 2019, p.35-36), para determinar inicialmente a sua condição de superior. Traz consigo a idealização de criar uma diferença e faz desta o marco para sua superioridade, já que a mesma é postulada a partir de si. A fantasia que o colonizador tem sobre si, é uma espécie de devaneio antropocêntrico, ao se considerar como regente de tudo e de todos - universal. A partir disso Munanga (2005-2006) considera que “A história das sociedades e culturas modernas foi sempre acompanhada de uma certa ideia de humanidade” (p.47) e portanto esse ideário cobra duas normas para que sejam considerados humanos e merecedores de uma sociabilização. Vê-se Munanga:

A primeira exigência corresponde à convicção constitutiva de um primeiro humanismo moderno, conforme o qual a humanidade é uma natureza ou uma essência. Na lógica desse humanismo chamado essencialista (tal como se desenvolvido na filosofia das Luzes), a humanidade define-se pela posse de uma identidade específica ou genérica, por exemplo, a que faz do homem um animal racional. No horizonte dessa primeira exigência afirmam-se com clareza os valores do universalismo ou do humanismo abstrato e democrático, tal como foi concebido pela afirmação segundo a qual existe uma natureza comum a todos os homens, idêntica em cada um deles, em virtude da qual eles têm os mesmos direitos, quaisquer que sejam suas características distintivas (de idade, de sexo, de etnia, etc.). A segunda exigência se fez presente desde o fim do século XVIII na Alemanha, depois na França e na Inglaterra, na medida em que alguns efeitos perversos da primeira exigência se deixaram perceber. Essencialmente, a representação da humanidade em termos de identidade indiferenciada podia também desembocar na perspectiva de uma tirania do universal, e o conceito essencialista do homem podia igualmente servir de pretexto para discriminar, do resto da humanidade, os indivíduos ou grupos de indivíduos não correspondendo à identidade específica e para excluí-los, em direitos e em fatos, da humanidade plena e inteira. (Munanga, 2005-2006, p. 47-48)

Seguida a divinização da exploração e tortura em uma vertente religiosa - euro cristã (DOMINGOS, 2017), está o racismo científico que é coerente com a maneira europeia de mensurar seu modo de conhecer o mundo. Portanto, para obter legitimidade em suas ficções e nas invenções de hierarquias, os colonos usavam as ciências consideradas normativas e

científicas para “comprovar” seus conceitos racistas. Diversas ciências foram investigadas para “explicar” o porquê que as civilizações africanas e americanas “são” premeditadas para serem escravizadas, desde a características físicas, até o modo de ser e estar, foram desumanizadas para que o colonizador executasse suas neuroses ideológicas.

Sabendo que a sociedade brasileira é resultado de mais ou menos 500 anos de controle gerado por tortura e exploração, se pode considerar que os valores subjetivos e explícitos dos indivíduos inseridos nesta, perpassa uma visão cultural através da qual, são indicados valores morais e éticos pautados no imaginário e no símbolo de inferioridade das pessoas negras. Visto isto, não podemos esquecer que desde a sua organização institucional até a sua expressão relacional entre indivíduos, se dá por meio da subjetivação e objetificação do sujeito negro em uma sociedade racista. DOMINGOS(2017) ressalta que “Nestas condições, segundo Achille Mbembe, a invocação da raça ou a tentativa de estabelecer a comunidade racial visam, primeiro, fazer o vínculo com o qual nós podemos erguer como resposta a uma lógica de subjugação e de fratura biopolítica.” (2017, p. 194 apud Mbembe, 2014; apud Foucault, 2004). Para relembrar que a pseudo diferença criada pelo racismo enquanto raça, não provém de condições biológicas, lê-se DOMINGOS (2017):

É importante esclarecer que a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. Raça não passa de uma fabulação, uma ficção, uma construção fantástica ou de uma projeção ideológica cuja a função é desviar a atenção de conflitos presentes nas relações de poder e de dominação e/ou subjugação.

Com cuidado na teorização sobre a institucionalidade do ensino formal pautada em um psiquismo da normativa sobre a conduta cidadã, não é possibilitado para a criança negra ter sua humanidade cognitivo e intelectual como mediadora do direito ao acesso do ensino escolar (SILVA, 2002 E Domingues, 2008, SUELI, 2011, COSTA, 2019, TRINDADE E MILÉO, 2022). Essa condição fica nítida no pós abolição quando o estado estabelece o veto a educação à população negra. Caso essa postura fosse o contrário, as descrições de leis, os parágrafos, os decretos não seriam “pautados” na tonalidade da cor de pele, condicionando para quais pessoas o sistema de educação estaria vetado. Nesse quesito, o ideal de raça superior escracha que a institucionalidade da educação tem o objetivo direto e expresso de repercutir a inferiorização da população que acabara de ser “liberta”.

Em análise das posturas racistas em relação ao controle de quais corpos teriam acesso a experiência escolar, é possível considerar que a própria branquitude tanto reconhece o potencial da Educação, quanto reconhece que o sujeito negro também porta do valor

biológico e subjetivo que é a intelectualidade/sapiência. Com base em leituras que descrevem a performance racista na organização sistêmica das ciências e da disposição de conteúdos, percebe-se a fissura que o colonizador traz como traço psicológico de sua personalidade sádica quando animalização as pessoas negras, indígenas, ciganas, etc no regime escravocrata em realização do ego pelo poder de controle.

O racismo está, então, impregnado na institucionalidade quando a mesma tem a função de tutelar quem tem o poder de decisão e o controle em negociar quais características físicas e subjetividades, serão agredidos não podendo acessar de forma digna a experiência escolar. E com essas fraturas, a colonização ainda opta por, como descreve GONÇALVES (2000), "incutir preceitos de moralidade e civilidade" (p.327), pois fora dessa idealização filantrópica, "as aulas não podiam prescindir da presença dos negros" (p. 327).

A estratégia do Estado no âmbito educacional é um ônus causado pela negação da humanidade do sujeito negro, sendo por exemplo: o veto da admissão de estudantes negros em escolas no regime escravocrata - "Decreto n. 1.331 -a, de 17 de fevereiro de 1854" (COSTA, 2019, p. 119); a precarização no oferecimento da educação por disponibilizar apenas aulas em turnos noturnos "[...]de n.7.030-A. de 6 de setembro de 1878. [...] pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos." (p.119). Ações posteriormente abafadas por meio da "universalização da educação" que para os interesses estatais tornou-se um "marco histórico" (COSTA, 2019, p.119). É preciso entender o que define esse mesmo oferecimento de educação para todos, são os tratados que o estado disponibiliza "Com a promulgação da lei de diretrizes e bases da educação (LDB) em 1961" (2019, p.113) que foi entendida enquanto um "direito social" (p.113), investindo na tentativa de negar que o Estado brasileiro desde a Corte Imperial (1822-1889) se ausentou no reconhecimento da inerência intelectual como atributo da humanidade das pessoas negras.

Algo que impressiona no mapeamento que foi feito, é o vasto período que a Corte Imperial desrespeitou a humanização das pessoas em regime escravocrata. Sabendo que a colonização iniciou no século XVI no ano de 1500 e só se conseguiu acessar documentos que historioriza ações educacionais institucionalizadas a partir do século XIX no ano de 1800. Ver em SILVA(2002); GONÇALVES(2002); Trindade(2011); Domingues(2016) e Bastos (2016), algumas abordagens relativas aos interesses e condições que perpassam a disposição do sistema educativo para as pessoas negras. Para tentar referir estes teóricos e o apagamento que existe na subalternização dessas experiências, enquanto violência, "há um silêncio das

fontes da história da educação em relação ao pertencimento étnico-racial das comunidades negras.” (Bastos, 2016, p. 745). E como acentua Bastos (2016), o indicador de ter sido/ser escravizado era “justificativa” das ausências de direito, inclusive, à educação:

Para analisar as práticas de escravização e de instrução dos negros no Brasil, precisamos ter em mente que ser escravo, já definia a condição de exclusão social e, portanto, educacional. Mesmo havendo reduzidos espaços de liberdade, como o trabalho de ganho (atividades extras feitas nos DOMINGOS e dias santos) e a produção da própria subsistência em pequenas parcelas de terra, esses não eram suficientes para uma emancipação social. (p. 746)

Partindo dos achados nesta pesquisa, enumerei três interesses e conveniências filantrópicas que mediaram a precária “inclusão” da população negra escravizada ou recém liberta nos espaços escolares, sendo-as: a) a idealização de catequização por meio da alfabetização em Português; b) “instrumentalização da alfabetização para fins trabalhistas, ou seja, saber ler e escrever o básico para ser empregado”; c) “cursos para divulgar idéias contra o sistema escravista e aproveitavam para envolver negros (livres, escravos ou libertos) na causa abolicionista.” (GONÇALVES, 2002, p. 327).

O ideal racista que adjetiva a condição sub-humana das populações escravizadas, é pautada na ideologia de que os africanos são descendentes de Cam e por isso têm como herança, o arquétipo de escravos. E para conseguir o que pretendia, sendo a introdução dessa crença nas vítimas das respectivas atrocidades, empreenderam a justificativa do “merecimento” daquelas violências e as finalidades daquele processo, na necessidade da ascensão de alma, pois os mesmo não “portavam” alma - faço uso das aspas para demonstrar que sou avessa às concepções desse cunho.

O primeiro passo, era impor a compreensão da língua que os colonizadores portavam e o apagamento das línguas étnicas/maternas as quais os sujeitos africanos e indígenas se utilizavam. Desse modo, compreendo que a utilização do ensino da língua, não se deu por uma preocupação ao que é referente ao aprendizado desses sujeitos, mas pela possibilidade que a própria língua dariam aos colonizadores de converter os sequestrados da “necessidade” de serem catequizados e serem crentes ao sagrado cristão que os tornariam humanos com a intenção de controle velada, se inicia a alfabetização/catequização. (DOMINGOS, 2017).

Tratando-se de um ambiente tão comum e que devia ser difundido para todos e qualquer ser humano, negar a experiência plena de processos educativos/nais, por

interpretações pseudas e individualistas, é escancarar o intuito instaurado por meio da institucionalização de serviços que o Estado tem a obrigação de prever e difundir entre seus cidadãos. E pela tortura, a moralidade ocidental alcançou tanto o complexo no sujeito torturado, como projetou-se na regência da normalidade moral em sua “id-entidade” idealizada (Suess e SILVA, 2019, p.8).

A educação não pode afirmar-se enquanto uma espaço sem polaridades, sem a presença da diversidade, referindo-se aos seus espaços e marcadores sociais. Não deve se utilizar do jargão “Somos todos iguais!”, quando há bases de comprovações, onde o planejamento e expectativa da criação desses espaços legais, previa condições insalubres e indispostas à presença negra e para outros grupos subalternizados. Olhando as datas referente a contagens anuais do início da exploração escravista e quando a educação aparece passiva a tolerar alunas/os negras/os, noto o longo tempo e o quanto é lamentável, perceber que até o presente século esta estruturação pode se camuflar nas diferenças do tratamento de pessoas negras e branca que mantém idealizações pertencentes à colonização.

O sec. XIX é mencionado como um período, onde as jurisdições regulamentadoras do ensino, condicionou a pertença racial da população adjetivada como “pretos”, “pardos”, “crioulos” e “cabras” ( SILVA, 2002, p. 153) como empecilho de integração das mesmas aos ambientes escolares - a não ser sendo mucamas de crianças filhos/as de “senhores”. Condicionadas enquanto incapazes de aprender pelas metodologias dispostas. É importante cifrar a condição criada pela branquitude para (re)conhecer-se através da vulnerabilização das populações escravizadas. Porque essas experiências são mediadas pelo quê o colonizador imprimiu a partir de si, com seus privilégios e seus poderes (bélico, ideológico, psicológico e teológicos) na empreitada racista de cunho escravistas .

E assim, é entendido como racional, erudito e coerente em sua maneira de representação, interpretação e verbalização da experiência educacional que é idealiza para o desenvolvimento cognitivo de conceitualizações enquanto supremacia branca. KILOMBA(2019) que exemplifica e metaforiza a relação da “máscara” a “ferida/trauma” e a “plantação”, como aspectos psicológicos do colonizador de conceituar/adjetivar os colonizados a partir da psicologização de autoria do sujeito branco - colonizador (p.47 – 69). Considero então, que a psicologização(adicionar rodapé) é uma interpretação impositiva de um indivíduo sobre o outro, é uma experiência relacional que a Psicologia europeia exerce o seu poder de alegar suas conclusões em relação às/aos civilizações/indivíduos colonizadas/os.

## 5.2. Mapeando as movimentações negras em organizações coletivas por defesa das identidades negras, do bem viver e do acesso às instituições de ensino básico e superior

Para contextualizar as características e instrumentalização do movimento negro brasileiro considero a produção científica de Nilma Lino Gomes que se materializa no livro *O movimento negro educador*(2017), a fim de pontuar aspectos importantes que define as especificidades do movimento negro enquanto um segmento dos movimentos sociais que possuem suas particularidades.

Para início de compreensão, é importante lembrar que o movimento negro surge como ator político frente a estigmatização construída em relação ao estabelecimento da categoria social raça. Esse movimento, quando se vê apartado aos estereótipos criados pela mentalidade colonial, assume “compromisso com a superação das desigualdades raciais” e, assim, “ressignifica e politiza a raça” (GOMES, 2017, p. 21).

Distante da romantização do tal descobrimento da nação brasileira, o fazer político desse movimento parte da inquietação e questionamento sobre as narrativas apresentadas e naturalizadas acerca desses “marcos históricos”, para isso o movimento negro desenvolve performance de articulações e intervenções que:

indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e Instrumentos teóricos ideológicos políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do estado mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. (GOMES, 2017, p. 21).

Semelhante a GOMES, Ivan Costa Lima(2017) no seu livro *História da Educação do negro(a) no Brasil: pedagogias interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo* considera que a “política e a identidade como valores sociais construídos, são categorias fundamentais para compreendermos o *ethos* da formação da sociedade brasileira” (p.35). Ou seja, identidade racial deve ser analisada a partir da consciência de que ela é construída no imaginário social e na subjetividade da pessoa negra com ênfase de uma “ideia partilhada sobre aquilo que constitui” (LIMA, 2017, p.34), para levar em conta que a constituição do mundo novo idealizado pelo colonizador se referia a uma projeção do que compreendeu das diferenças que reconheceu na pessoa colonizada.

Seguindo o raciocínio político do movimento negro, a identidade atribuída a partir da categoria raça precisava passar por um processo de ressignificação e politização para que as

peessoas negras pudessem se relacionar com suas identidades sem sofrer o processo de autoimagem negada e deformada, ansiedade, trauma classico, deslocamento, substimação, regressão, outridade, fragmentação, separação, etc (KILOMBA, 2019). Ou se associem com o mais “visível estigma da negritude e usado para justificar a subordinação de africanos e africanos” (KILOMBA, 2019, p. 126). Com essa ação sociológica, política, cultural e filosófica, as pessoas organizadas ao movimento negro experienciam o que KILOMBA(2019) define das dimenções do processo de “*identificação*”, sendo essas, “dimensão *transnitiva*, no sentido de se “identificar-se alguém” e uma dimensão *reflexa*, no sentido de “identificar-se com alguém”(KILOMBA, 2019, P.153 apud Laplachez Pontalis, 1988, p.206-5)

Nesse tópico, trago autores como COSTA(2019) com seu artigo *O papel do movimento negro na consolidação de um projeto político educacional por meio das políticas afirmativas*, nele a escritora faz o levantamento sobre as movimentações e as articulações do movimento negro desde o “período escravocrata” (p.113) até a criação da Unilab como característica de luta e da resistência negra para “salvaguardar os direitos e a cidadania da população negra” (p.113) no que é consequência da negligência estatal no patrocínio da Educação Nacional e a incoerência(racismo) no projeto de Estado Nacional pensado por parlamentares, quando desconsideram êxito pela presença de negros ex escravizados na instituição.

É em enfrentamento a essas mediações opressivas que a população negra inaugura várias repartições, instâncias, organizações e associações que tomam com centro de suas articulações, não apenas o fim e combate ao racismo, mais a viabilização da garantia do direito ao acesso de educação para a população negra, como por exemplo: ABN – Associação do Negro Brasileiro; FNB – Frente Negra Brasileira; TEN – Teatro Experimental do Negro, e etc. Mobilizações essas que trazem como ponto de partida questões que permeiam as condições de vida da população negra não apenas nas questões matérias, mas também, a própria representação que o ideal/conceitual branco atribuem para as pessoas negras nos seus mais diversos contextos de vida, como na articulação do TEN frete a ridicularização e inferiorização do sujeito negro no uso de representações nas linguagens das artes cênicas desenvolvida nos enredos teatrais da época e nessas intervenções, essa iniciativa cultural utilizou-se do seu espaço de atuação para porpor formações e alfabetização para as pessoas negras que estavam inseridas no seu espaço de ações para promoção de cidadania dessa população (COSTA, 2019).

No século XXI, como resultado de todas as discussões realizada desde o período colonial, chegam as implementações da políticas de ações afirmativas que são criadas para descentralizar o acesso ao ensino superior ao que se refere o privilégios mantido para as pessoas brancas em suas inserção ao espaço acadêmico e as reestruturação do legado colonial na elitização do conhecimento. As primeiras universidades a adotarem essas medidas foram as estaduais do Rio de Janeiro (UERJ) e do Norte Fluminense (UENF) em 2003 (COSTA, 2019), como cita a autora esse levantes trouxeram benefícios enquanto reparação histórica para as populações negras:

Rosana Heringer (2003) ressalta que a adoção de tais medidas compôs uma agenda de reivindicações pela promoção da igualdade racial, em curso no país. Lembra ainda que, aos olhos de grande parte da população, tratava-se de um tema novo e polêmico, mas que “sempre houve no Brasil a mobilização de organizações negras e de outros setores que lutam contra o racismo e as desigualdades raciais no país”. (Sousa, 2019, p 128-129 apud Heringer, 2003, p.285)

Referenciando Santos (1994) e Domingues (2007), Nilma Lino Gomes nos propõe a compreensão de que o movimento negro se constitui na transposição da categoria raça estabelecida ainda na colonização para o fortalecimento na identidade étnico-racial no que diz respeito os pontos de partida do agrupamento de pessoas negras para o alinhamento e desenvolvimento dos espaços de reivindicações a respeito das condições econômicas educacionais políticas sociais e culturais que integram os planos os programas e projetos direcionadas a população negra. a variante tempo é uma aliada Para o diagnóstico sobre as relações sociais que caracteriza a ordem colonial da estruturação dos privilégios e das vulnerabilidades que cerceiam a dinâmica da sociedade brasileira.

Essa autora nos propõe então a compreensão do que entende por movimento negro, para melhor contextualização, desse modo vê-se GOMES (2017):

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionado na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno social. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negra no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e



culturais dessa relação compreendendo-a como integrante dessa complexa de diáspora africana.”

E, a partir disso, os dois autores já mencionados, nos apresentam o percurso e a trajetória da articulação social do movimento negro na inclusão da reivindicação por educação destinada à população negra brasileira como aspecto da reparação histórica. Recorre então a historiografia acentuada pela “ importância das realizações do movimento negro na primeira metade do século XIX” (GOMES, 2017, p. 25). LIMA(2017) articula as relações entre “ as denúncias de que a escola reproduz o racismo presente na sociedade [...] contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro [...] a centralidade da cultura” (LIMA, 2017, p.38).

Relacionando os apanhados acerca dos benefícios de se pensar uma educação com respaldo na cultura africana e afro diaspórica, e o que GOMES(2017) propõe de conhecimentos produtores de conhecimentos, é possível pensar que a escolarização não diz sobre toda a dimensão Educativa das pessoas, pois a cidadania é a ênfase de construir similaridade entre as experiências sociais. Nesse sentido, como considera LIMA (2017), para pensarmos práticas pedagógicas podemos considerá-las dentro e fora do recinto escolar de acordo com os contextos de vida, as interações e relações sociais, as subjetividades, a formação e as identidades para podermos permear vinculando-as à produção do conhecimento referida na humanização.

Como considera GOMES (2017), uma das capacidades de intervenção cultural do movimento negro se dá pelo fato de ao “agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica politiza conceito sobre si mesmo e sobre a realidade social.” (p.28). Ou seja, na intenção de atualizar as propostas socioeducativas, é que o movimento negro instrumentaliza através das problematizações teóricas entre as categorias de sociedade e de educação. Para isso, a institucionalidade escolar precisa incluir em seus conteúdos sistêmicos a resistência negra a respeito das condições desiguais articuladas no estigma de escravidão e desumanização.

Uma das estratégias e ação que muito contribuiu para repercussão e legitimidade das articulações sociais do movimento negro, se dá pelo respaldo conquistado a difusão de informações sobre o próprio movimento pela imprensa nacional. A organização da Imprensa possibilitou a criação da Frente Negra Brasileira em 1936, ao ponto de torná-la partido político em 1937 no governo Vargas que se expressava numa conjuntura anti-política e

conservadora. Os discursos apresentados por essas empresas utilizavam o termo raça se referindo à população negra nacional, expressando então uma ruptura com a lógica racista.

No contexto em que a população negra se encontrava nas altas taxas de analfabetismo, o que interferia na inserção das pessoas negras ao mercado de trabalho, “ a FNB criou uma escola primária, buscando dar conta da tarefa que a escola oficial não proporcionava (ROMÃO, 1999a)” (LIMA, 2017, p.43 apud ROMÃO, 1999). Como afirma GOMES(2017) “Os jornais tinham um papel educativo, informava e utilizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época.”(p.29).

Assim como LIMA(2017) e GOMES(2017), COSTA(2019) traz a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro enquanto organizações coletivas e políticas que tencionaram pela implementação de leis que dessem à população negra, a garantia de inserção e permanência no sistema de educação. COSTA cita que essas duas organizações do movimento negro tinham como pontos comuns, ações que “foram pensadas para amenizar a ausência do estado e garantia a população negra ao ensino e à alfabetização.” (p.113).

Um diferencial do movimento negro pode ser percebido na capacidade de entender-se nas suas especificidades e ainda ter a capacidade de legitimar os outros segmentos de movimentos sociais em suas questões específicas de reivindicações e suas características históricas, sociais e políticas. Quando o Estado referenda a LDB(1961), fazia-se necessário que o mesmo entendesse as necessidades dos grupos sociais baseado no reconhecimento de suas diferenças e garantir “educação direitos de todos!”.

É fundamental lembrar que movimentos sociais iniciam-se com inferência às negações de direitos e cidadania por parte das instâncias responsáveis por oferecer-lhes. Desta forma pode-se entender que a experiência organizativa do movimento negro não se dá por questões indiferentes a esses fatores, cabe salientar que a população negra não está isenta das relações sociológicas que a restringe de uma qualidade de vida necessária para o seu bem viver. Todavia as vulnerabilizações pelas quais a população negra é exposta, têm característica específica, a discriminação racial, pois descreve um ponto específico do racismo brasileiro que se dá pela identificação da característica física. Portanto Em uma sociedade que se configura a partir da disparidade entre classes econômicas o registro de denúncias sobre violências raciais perturba as outras Vertentes de movimentos sociais que não centraliza a categoria raça como catalisador de reivindicações para a mobilidade social e é nesse contexto que o movimento negro é desafiado a articular pautas que tragam para o

cerne das suas discussões o oferecimento do direito à educação pensando a geração de equidade como intervenção da reparação histórica. Para contextualização ver-se LIMA (2017):

Ao mesmo tempo, os estudos apresentados por cientistas sociais, educadores e militantes do movimento negro apontam em seus trabalhos aprofunda a marginalização dos setores populares e, em especial dos negros(as). Dessa forma para além da denúncia do racismo e das desigualdades raciais perpetuadas historicamente no sistema de ensino, o movimento negro tem elaborado propostas pedagógicas e de intervenção, em contraposição a um cotidiano singular e etnocêntrico nos espaços educacionais. (p.41)

COSTA (2019) reforça que “as injustiças vivida hoje nos remetem a um passado não distante que testemunha em favor da veracidade dos dados estatísticos de desvantagens entre negros e brancos em vários setores da sociedade principalmente na educação.” Utilizando esse trecho do artigo entendo que a dificuldade da população em diferenciar boas condições no oferecimento da educação está diretamente relacionada com a estruturação do ensino alinhada com ideologias escravocrata que olhava a população negra com crença na existência de um hierarquia biológica entre os grupos raciais.

Para negociações que interferem na qualidade da experiência escolar da população negra o movimento negro sendo o articulador junto associações poder público estatal instituições de ensino e a comunidade entende que o conceito de raça não deve-se ser interpretada a partir dos estudos desenvolvidos estruturação biológicas rotinas nas ciências naturais não podem ser percebidas como relações raciais que ocorrem entre grupos biológicos distintos Mas como relações entre grupos que empregam a ideia de raça na estruturação de suas ações e reações entre si (LIMA, 2017 apud RESMURE , p.485). É com essa percepção que o movimento negro caracteriza-se na reivindicação do combate a discriminação racial a exclusão econômica e a negação de educação que invisibiliza a história da cultura africana e afrodescendente na prática escolar.

No trecho relacionado ao subitem 'Saberes estético-corpóreos como resistência e luta por direitos políticos e acadêmicos' (p. 84), a autora Nilma Lino Gomes realiza uma análise minuciosa do histórico da demanda e conquista das cotas raciais para negros, negras e indígenas nas instituições de Ensino Superior em todo o país, datado de 26 de abril de 2012. Adicionalmente, explora o processo de implementação de cotas raciais em concursos públicos, destinando 20% das vagas para candidatos negros/as. GOMES(2017) destaca a considerável resistência enfrentada por esse processo, especialmente por parte das elites intelectuais e outros setores.

A autora observa que a adoção das cotas raciais nas instituições de Ensino Superior resultou na inserção de sujeitos sociais específicos, portadores de 'outros conhecimentos, distintas formas de construir o saber acadêmico e trajetórias de vida completamente diferentes do estereótipo idealizado do estudante universitário predominante em nosso país'. No entanto, ela ressalta que, apesar desse progresso, persistem inúmeros desafios.

Temas como diversidade, desigualdade racial e experiências da juventude negra começam a ser abordados no ambiente acadêmico, mas enfrentam considerável resistência para serem reconhecidos como 'legítimos' (p. 114)." Entre as décadas de 1940 e 1960, desponta como notável iniciativa o surgimento do Teatro Experimental do Negro (TEN), sob a condução de Abdias do Nascimento, amalgamando os domínios político, artístico e educacional.

O TEN propugnava, de maneira preeminente, pela criminalização do racismo e pela institucionalidade de uma formação educativa destinada à comunidade negra, objetivando a edificação de uma identidade racial consciente. Ao longo do período compreendido entre 1944 e 1968, o TEN desdobrou-se em atividades que visavam evidenciar a chaga do racismo, formar atores e dramaturgos de ascendência negra, e resgatar a herança africana contextualizada à realidade brasileira.

Os integrantes deste grupo artístico eram oriundos de diversas áreas de ocupações trabalhistas, abrangendo desde operários e empregadas domésticas até moradores de favelas e ocupantes de subempregos. O TEN proporcionava um ambiente propício à construção de novos paradigmas comportamentais diante dos desafios sociais e políticos enfrentados por pessoas negras, economicamente desfavorecidas e residentes em favelas. Uma das proeminentes realizações do TEN foi o Jornal Quilombo (1940-1950), que regularmente apresentava a declaração do "Nosso Programa". Entre as demandas postuladas, destacavam-se a reivindicação por escolas destinadas ao ensino gratuito de crianças brasileiras e a promoção de oportunidades de ingresso ao ensino superior para estudantes negros (GOMES, 2017 e LIMA, 2017).

### **5.3. Processo de subjetivação da criança negra experienciada na escolarização racista.**

Este percurso teórico, pesquisa um processo educacional que se dá por períodos contínuos e periódicos, sendo este o processo de escolarização de crianças negras. E analisando a presença do racismo neste, vale referir o conceito de "racismo cotidiano" elucidado por KILOMBA(2019) e como considera a autora:

O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “*Outra/o*” - a diferença contra a qual o *sujeito branco* é mediado - mas também como a Outilidade, isto é a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca.

Nesse sentido, a ideologia racista tanto pode se dar pelo comportamento apresentado na verbalização quanto na expressão corporal, esta intimidade entre imaginação e representação, é que permitem a mentalidade racista de reconhecer a pessoa negra como “intimidante” em um minuto e “desejável” no minuto seguinte”(KILOMBA, 2019, P. 78). Com essas referências sobre a humanidade da pessoa negra a organização psicológica de quem a percebe se registra na subjetividade como agressão e sexualidade, entendendo a projeção que a branquitude realiza. (KILOMBA, 2019 apud Freud).

Vale ressaltar que essa aversão institucionalizada antinegro, infelizmente não é uma realidade só contemporânea, onde o sujeito negro é subalternizado em detrimento à manutenção dos privilégios da hegemonia. Em KILOMBA (2019) é possível compreender que a experiência social e intelectual de várias pessoas negras – vem como consequência da familiarização desde a infância em contextos sociais, políticos, econômicos, filósofos, etc, que se articulam a prezar pelo valor civilizatório colonial e nesta negociação foi por onde instauraram materialmente e simbolicamente no sujeito negro a sensação de inversão da humanidade branca:

O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer em si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o. Tais aspectos desonrosos, cuja intencionalidade causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como meio de escapar dos mesmos. (KILOMBA, 2019, p. 37)

Na interpretação sobre o estereótipo que a população negra enfrenta por não ser associada à prática educacional de incentivo e estímulo para o alcance de significados qualitativos na atribuição subjetiva e objetiva de si e da educação, é onde se percebe o resultado doloroso em várias pessoas negras que enfrentam na escolarização, o racismo cotidiano. Isso pode resultar num sentimento de raiva, “minha raiva é uma reação às atitudes racistas, assim como aos atos e pressupostos que surgem delas.[...] me valido do aprendizado de expressar minha raiva para crescer.” (Lorde, 2019, p.157), autora faz essa afirmação, se

referindo às intersecções sociais, onde a identidade racial é compreendida a partir do distanciamento e da negação das pessoas brancas.

A percepção que os pares da educação expressam sobre a criança negra, no que diz respeito à identidade racial, expõe essa criança ao “mundo conceitual branco” (KILOMBA, 2019, p. 37) capaz de instaurar na identidade das mesmas, uma sensação de desajuste, pois:

a identidade é construída por meio do corpo e na convivência com o *outro*, dando ênfase de como nosso *eu* é constituído de outros *eus*. Assim, esses outros, nos primeiros anos de vida, com frequência são a mãe, o pai, a professora ou outros adultos que cuidam diretamente da criança. “Por meio do olhar, do toque, da voz, dos gestos desse outro, a criança vai tomando consciência de seu corpo, do valor atribuído [...], e construindo sua autoimagem, seu autoconceito”, (2012, p.112), ainda ressalta a autora. . Ou seja, a percepção do outro, no que diz respeito à identidade racial, é extremamente significativa no que se trata do educar e do cuidado com a criança. (RIBEIRO e SILVA, s/d, p. apud Bento, 2012, p.112).

Descrevendo a diferenciação expressa no cotidiano escolar, praticado por pedagogas e pedagogos no cuidado com as crianças e os efeitos na subjetividade delas, OLIVEIRA e ABRAMOWICZ (2010) apresentam “o processo de subjetivação como uma espécie de “dobra do fora” – de maneira tal que não sabemos mais o que é fora e o que é o dentro, que é a característica de uma dobra aberta, o fora, em dado momento, se transforma em dentro.”. (OLIVEIRA e ABRAMOWICZ, 2010, p. 213). Considerando que crianças com idade de pré-escola não têm “maturidade” que lhes permitem aceitar ou rejeitar as projeções que as pessoas adultas realizam sobre suas características e estéticas (CAVALLEIRO, 2010). Então, sendo identificadas nos estigmas racistas, elas “dobram esse fora e acabam vendo a si mesmas como ruins, feias e todos os atributos com os quais a sociedade ocidental designa o diferente, o outro.” (OLIVEIRA e ABRAMOWICZ, 2010, p. 214).

Pode-se considerar, a baixa autoestima, um dos efeitos primários no processo de subjetivação da criança negra na escolarização racista, já que “a família e a escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social.” (CAVALLEIRO, 1998, p. 40). E como traço da identidade psicológica herdada da branquitude, esses agentes educacionais interagem com a identidade racial de suas/seus educandas/os negras/os com projeção da sua própria forma primária de constituição psíquica.

É válido ressaltar que, anterior ao sentimento de inferioridade, a introdução do aspecto psicológico de alienação, acontece como maneira de significação da identidade

dessas crianças. Comparando ao processo de negação experienciado pela branquitude, a subjetividade da criança negra é exposta à consciência alienada, pois antes de negar-se, a criança negra é convencida sobre uma identidade subalternizada, ao “ser forçada/o a identificar-se com os heróis que aparecem como *brancos* e rejeitar os inimigos, que aparecem como *negros*” (KILOMBA, 2019, p. 39).

A diferença que marca a construção identitária da criança negra e da criança branca pode ser entendido como o processo exógeno, em relação da subjetividade da criança negra, pois é familiarizada com as informações externas que a simboliza “sempre como o antagonista” (KILOMBA, 2019, p. 38), daí é como se o espelho da humanidade não refletisse suas características físicas, porém as cristalizadas como estéticas humanas - crianças brancas. Aqui a ausência intensifica-se não somente a cada pessoas negras - não sou a única indesejada, porém qualquer semelhança a mim, criação do sentimento de fuga.

A criança negra se significa a partir da concepção de humanidade acendida - branca, ou seja aquela que está à frente, que moderniza e é moderna. Nesse sentido, compreende-se que a imagem refletida e projetada para dentro da subjetividade da criança negra define que “A ideologia, ao promover o estereótipo, leva o sujeito estereotipado a internalizar sua imagem negativa, idealizada com o objetivo de inferiorizá-lo e oprimi-lo (SILVA, 1995).” (CAVALLEIRO, 1998, p. 43 apud SILVA, 1995).

Já o processo identitário da criança branca, se dá pelo aspecto endógeno já que nos processos de sua socialização, os pares da educação expõe a partir de comportamentos, o reconhecimento dessa humanidade por expressões afetivas à criança branca, incentivada-a a reconhecer no seu interior representação de adjetivos positivos, criando consciência corporal pelas linguagens de amor e carinho. Então, de dentro para fora estabelece a compreensão do que desenvolveu da sua auto percepção e do que apreendeu sobre seus colegas negros, “reproduz a valorização étnica predominante na vida social.” (CAVALLEIRO, 2019, P. 45).

CAVALLEIRO(2019) aponta a família como significante do processo de subjetivação dessas crianças. Ao relacionar as experiências no ambiente familiar com as do ambiente escolar, a autora nos possibilita compreender que nesta intersecção as crianças negras sentem o impacto causado pela diferenciação praticada por professores e professoras, considerando o recebimento do afeto presente na relação familiar e com a ausência do mesmo no cotidiano escolar. Levando em conta que “muitos etnólogos ligam a ancestralidade afro-brasileira à Nigéria e à Angola atuais.” (NOBLES, 2009, p. 280) - A ancestralidade africana, pode-se

concluir que um dos efeitos gerado a subjetivação da criança negra, seja o descarrilamento, pois a memória afetiva familiar é fragmentada e passa a ser complementada pelos episódios de racismo. Vê-se NOBLES (2009) para compreender esta metáfora:

A metáfora do descarrilhamento é importante porque quando isso ocorre o trem continua em movimento fora dos trilhos; o descarrilhamento cultural do povo africano é difícil de detectar porque a vida e a experiência continuam. A experiência do movimento (ou progresso) humano continua, e as pessoas acham difícil perceber que estão fora de sua trajetória de desenvolvimento. A experiência vivida, ou a experiência dos vivos, não permite perceber que estar no caminho, seguindo sua própria trajetória de desenvolvimento, proporcionaria a eles uma experiência de vida mais significativa. São perdas significativas para a subjetividade da criança negra, quando é assimilada aos recursos e símbolos estigmatizantes da sua realidade psicológica, pois desqualificam a profundidade e capacidade que a população negra tem de produzir e mensurar intelectualmente. (NOBLES, 2009, p.284).

Semelhante ao que NOBLES(2009) conceitua do efeito da desapropriação cosmológica causada pelo sequestro sofrido pelas civilizações africanas, KILOMBA (2019), traz a metáfora “rainha” e da “plebe”(p. 56) para analisar o jogo de poder das “posições hierárquicas”(p.56) que as instituições de ensino empregam para a avaliação da produção do conhecimento, pois na interpretação racista a “ausência” da neutralidade nas autorias de pessoas negras a fazem estar “fora do lugar” e por isso são “convidadas/os persistentemente a retornar a “seus lugares”, “fora” da academia, nas margens, onde seus corpos são vistos como “apropriados” e “em casa.” (KILOMBA, 2019, P. 56-67).

Crianças negras vão inconscientemente se familiarizando com as ausências, pois tendem a se assemelhar “como “*sujeito* incompletos” no sentido de que são excluídas de possuir certas esferas de subjetividades reconhecidas, a saber: a política, social e individual.” (KILOMBA, 2019, P. 81), talvez, nessas situações, não é consigo mesma que estas crianças se relacionam na construção de suas identidades, todavia com a humanidade que rege os tratamentos afetivos. Desta maneira, a construção dessa subjetividade - processo de subjetivação, é marcada por “uma cisão interior dolorosa” (KILOMBA, 2019, P.117).

A compreensão desenvolvida neste processo não entrega para a subjetividade das crianças negras uma imagem simbólica onde sua existência é real ou possível, interpretar que a auto imagem gerida nessa criança é uma espécie de miragem por consequência do platônico, representa um efeito de utopia e distopia e, no caso da distopia, a disforia é um efeito que futuramente pode se manifestar nessas crianças causado pelo desejo da "transmutação" imagética e ideológica. Podendo demarcar principalmente a influência que a “paparicação” (OLIVEIRA e ABRAMOWICZ, 2010 p. 2018 apud Ariès, 1981, p. 158) pode



ter na consciência subjetiva e corporal, já que a mesma é expressa principalmente pelo contato físico: colo, beijo, verbalização de adjetivos positivos.

A linguagem corporal é um mecanismo decisivo para a construção de significados na valorização humana, pois esta é uma extensão da percepção sensorial, ou seja, os sentidos humanos são responsáveis pela captação e expressão da informação apreendida. Tanto para o tato que recebe o contato físico, quanto para o que não recebe, há uma comunicação sendo registrada para os sentidos. Se os sentidos humanos, *é quem* recebe e *quem* comunica, isso significa dizer que os aspectos fisiológicos traduzem e somatizam as ausências. Então o resultado não é ausência da educadora para criança negra, mas a “regressão”(KILOMBA, 2019, p. 123) na corporeidade e subjetividade da criança negra para si mesma e no mundo, já que os seus sentimentos não receberam referência que a permitisse reconhecer-se em uma espaço de diálogos corpóreos de afetos em seus processos de aprendizado e desenvolvimento, pois ela não estar na representação do que é desejável de ensino.

Na expressão do elogio a quem fez - reconhecimento da capacidade e ao que foi feito - valorização da ação, a escola convencional se apresenta em lógicas bancárias, o feito pode ser exercido por qualquer agente - ferramenta, as pessoas tornam-se máquinas ou coisas. Mas quando quem a faz é mencionado como sujeito, neste é incentivado a valorização da importância do que fez, legitima o valor da sua ação e o poder que ela tem em relação a causa - inteligência, sapiência. E levando em conta a experiência de pessoas negras, o reconhecimento da ação se limita em uma ordem social que entende a pessoa negra apenas na concepção de ter feito apenas o básico, nada além do seu dever e obrigação, isso não eleva a criança negra a um lugar de prodígio, continuam sendo as crianças problemas.

Acredito que para escolar se tornar "um centro de debate e valorização" da humanidade das pessoas negras, faz-se necessário a sensibilidade das/dos/des educadores, para refletirem sobre suas próprias performances em sala de aula. Frizando que a negação como diz KILOMBA(2019), pode ser representar um dos traços psíquicos da branquitude - o racismo. Então para haver a reparação, esses agentes precisam se reconhecer em um lugar de poder e que o mesmo é ponto de referência para essas e esses educandas/os, ou na manutenção das opressões nas relações de raça.

Como pode tamanhas violências não terem lugar algum de cuidado, de acolhimento ou algo que permitisse a superação e a cura. A patologização da "inocência", está sendo a naturalização das violências presentes nesse período. É adoeceador interpretar as crianças

como pessoas sem emoções, imparciais, irracionais e subordinadas. Nas falas das entrevistas, temos a revelação do silêncio da criança negra posteriormente à situação de preconceito.

Constata-se, assim, que algumas das crianças negras que passaram por conflitos étnicos no cotidiano escolar não levaram o problema para o lar, nem para os seus familiares. O fato de as crianças não comentarem com seus familiares sobre os conflitos na escola pode estar ligado à costumeira ausência desse assunto no meio familiar. O que pode dar às crianças a ideia de que esse assunto deve ser trancafiado, escondido.”(CAVALLEIRO, 1999, p. 47).

Visto que muitas das ações de manutenção do racismo é empreendido no espaço escolar, que deveria ser um ambiente de combate e de geração das medidas de reparação, como desenvolver intervenções que possam alcançar os familiares para além da institucionalidade do ensino, já que os pais e as mães não são educandos? Quais ações a escola é capaz de gerenciar a fim de formar as/os cuidadores de seus/suas educandas para uma maior percepção diante os traços e os efeitos que a experiência do cotidiano hostil, presente na escola, pode causar às suas filhas aos seus filhos, já que o silêncio é um resultado eficaz pela prática das opressões?

Podemos considerar o fato de que na escola, as professoras reproduzem o padrão tradicional da sociedade. Como sujeito, é compreensível, embora não seja aceitável, mas não como profissionais da educação. A escola tem oferecido uma quantidade íntima de ações que levem a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência de crianças em pleno processo de socialização. (CAVALLEIRO, 1999, p.47)

Considerando que práticas racistas podem vim a acontecer durante o percurso da pesquisa, foram traçados caminhos que visam maneiras possíveis de mediar, intervir e impedir os conflitos que permeiam o cotidiano escolar. Para isso, o trabalho dispõe de sistematização metodológica que articula estratégias para a atuação científica no que diz respeito à integridade e ao direito social, político e de subjetividade das/os envolvidas/os na pesquisa. Desse modo, apresentamos a seguir os trajetos idealizados para a realização e conclusão da mesma.

## **6. METODOLOGIA**

Apresentaremos, a seguir, os procedimentos metodológicos que iremos realizar para alcançar os objetivos desta pesquisa, intencionamos evidenciar os efeitos que o racismo cotidiano presente no ambiente escolar é capaz de desenvolver na subjetividade da criança

negra de acordo com as características do processo de subjetivação humana. Esta pesquisa é de cunho qualitativo e descritivo, consideramos, ainda, na construção deste processo, os elementos teóricos-metodológicos apontados por KILOMBA (2019).

### **6.1. Capacitação e Revisão Bibliográfica**

Esse momento é pensado para o embasamento teórico nas áreas que desejamos unir na produção desta pesquisa, sendo estas: Psicologia da Educação, da Aprendizagem e do Desenvolvimento, Psicopedagogia, Psicologia Social, Psicanálise, Estudos Étnicos Raciais, Cultura e Identidade Africana e Afro brasileira, Política Pública e Social.

### **6.2. Conhecer o campo de pesquisa**

Pretendemos, para a elaboração desta pesquisa, articular o exercício do estágio de regência que estarei matriculada, juntando a uma prática científica que permita o acompanhamento do cotidiano escolar do grupo já delimitado, tanto em ação e prática, quanto na observação e cuidado mais específico às crianças.

#### **6.2.1. Definição de Objetivos e Metas**

Elencaremos, a seguir, as ações iniciais que pretendemos realizar nos primeiros contatos com a escola:

- Estabelecer familiarização com a gestão administrativa, corpo docente e outros funcionários da escola e buscar sobre a compreensão da mesma no tratamento da lei 10.639/03.
- Realizar acordos com a instituição para inclusão dos responsáveis na dinâmica da pesquisa.
- Acompanhar o cotidiano escolar e o cuidado específico às crianças: observação da dinâmica das aulas - chegada à escola, interação na sala de aula e despedida, dos intervalos das aulas, do momento do lanche. Ocupar a função e compromisso de ser cuidador de pelo menos duas crianças negras.
- Realizar avaliações periódicas para ajustar as estratégias conforme necessário.

Feito esse momento de observação que será registrado através de um diário de bordo, para análise posterior, daremos prosseguimento à pesquisa através de uma entrevista. A etapa da entrevista será realizada com a necessidade de investigar as percepções escolares acerca da diversidade racial cultural identitária presente no espaço escolar, por isso, faz-se necessário ambientalização de um espaço possível de realização de grupos focais<sup>1</sup> para que as pessoas possam compartilhar narrativas que expressam seus pontos de vista. Os grupos estarão divididos por três categorias:

a) o primeiro, tendo como intuito compreender como os Plano Político Pedagógicos das instituições se referem a adesão e estruturação da escola para implementação da lei 10.639/03, contará com a presença dos representantes administrativos e pedagógicos - diretores e diretoras, coordenadores e coordenadoras administrativos e pedagógicos.

Após a realização das entrevistas com a gestão da escola, iremos propor algumas atividades formativas no que se refere ao racismo no ambiente escolar e a subjetivação da criança.

Realização de Reuniões e Treinamentos:

- Realizar avaliações periódicas para ajustar as estratégias conforme necessário.
- Organizar reuniões regulares para promover a comunicação e colaboração entre os pares da pesquisa.
- Realizar formação para compartilhar conhecimentos e desenvolver habilidades sobre o processo de subjetivação das criança entre 3 anos e 10 anos - grupo etário da pesquisa, conhecimento acerca dos estudos etnico raciais e da escolarização brasileira;

b) O segundo grupo, a fim de analisar as metodologias e as didáticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, no que diz respeito à construção cidadã crítica e à valorização identitária das crianças negras em referência a diversidade de identidades presente em sala de aula, será destinado para os pares da docência - professores: pedagogos e pedagogas.

---

<sup>1</sup> Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços. O GF difere da entrevista individual por basear-se na interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa. Sua formação obedece a critérios previamente determinados pelo pesquisador, de acordo com os objetivos da investigação, cabendo a este a criação de um ambiente favorável à discussão, que propicie aos participantes manifestar suas percepções e pontos de vista (PATTON, 1990; MINAYO, 2000).

#### Implementação de Intervenções Plurais:

- Realizar formação para compartilhar conhecimentos e desenvolver habilidades sobre o processo de subjetivação das crianças entre 3 anos e 10 anos - grupo etário da pesquisa, conhecimento acerca dos estudos etno raciais e da escolarização brasileira;
- Desenvolver estratégias de intervenção adaptadas às necessidades subjetivas individuais e coletivas das crianças.
- Utilize abordagens plurais que integrem as contribuições de diferentes disciplinas.

Para dar continuidade a cronologia da pesquisa, levaremos atividades para as crianças de criação de um espaço lúdico e educativo, como contação de histórias com protagonismo negro, oficinas de desenhos, oficinas de teatro, exibição de desenhos animados, recreação com disposição de brinquedos representativos da estética negra, e identidade negra.

#### Promoção de Atividades Culturais e Artísticas:

- Integrar atividades culturais e artísticas para enriquecer o ambiente educacional e a mudança do imaginário sobre as civilizações africanas e as/os afro descendentes. Incentivar a expressão criativa e cultural como parte fundamental do desenvolvimento das crianças para significação positiva sobre a subjetividade das pessoas negras

c) o terceiro grupo, por fim, com desejo de protagonizar as referências simbólicas e narrativas das crianças em especial das crianças negras, utilizarei de materiais lúdicos para a contextualização dos debates relativos aos processos de socialização, subjetivação e escolarização em uma perspectiva de valorização e humanização das experiências de crianças negras.

#### Acompanhamento Contínuo e Avaliação:

- Realizar avaliações periódicas para ajustar as estratégias conforme necessário. (Idem, p. 31 e 32)
- Estabelecer um sistema de acompanhamento contínuo para avaliar o progresso das crianças e a eficácia das intervenções.

### **6.3. Entrevista**

Feito esse momento de observação que será registrado através de um diário de bordo, para posterior análise, daremos prosseguimento à pesquisa através de uma entrevista. A etapa da entrevista será realizada com a necessidade de investigar as percepções escolares acerca da

diversidade racial cultural identitária presente no espaço escolar, por isso, vimos a necessidade da ambientalização de um espaço possível de realização de grupos focais<sup>2</sup> para que as pessoas possam compartilhar narrativas que expressam seus pontos de vista.

#### 6.4. Escrevivência<sup>3</sup>

Para aplicação de entrevistas semi estruturadas de caráter subjetivo, forneceremos oficinas de escrita criativa e auto bibliográfica em coerência as faixa etária dos grupos.

##### 6.4.1. Personificação e produção da escrita

- Reivindicar uma linguagem de escrita que aborda a vivência, a memória e pesquisa como experiências carregadas de autenticidade e consciência política.
- Mediar momentos pedagógicos para os pares da pesquisa que utiliza da escrevivência como dispositivo para investigar, partilhar e sistematizar a pesquisa e as entrevistas.
- Unir o processo de alfabetização, letramento e aprendizado com o incentivo da prática da escrevivência como tradutora das experiências das crianças negras e escola.

#### 6.5. Tratamento dos dados

Chegada esta etapa da trajetória de pesquisa, iniciaremos o processo de curadoria do material produzidos até este momento. Compararemos as hipóteses subentendidas na pesquisa inicial com base nas referências bibliográficas e os dados desenvolvidos durante as etapas anteriores.

##### 6.5.1. Registro e Documentação

- Manter registros detalhados e atualizados segundo as observações, intervenções e conclusões sobre os processos de *planejamento administrativos* ( aplicação da lei 10.639/03 e sua sistematização nos períodos letivos) e *planejamento pedagógico*( para realização da docência conforme planejado pela gestão e pelas/os pedagogos em relação a presença das crianças negras e ao referencial que as outras crianças possuem sobre estas), *socialização familiar* ( com ênfase dos dados apresentados/criados através dos grupos focal destinado às famílias e para as crianças), *escolarização*

---

<sup>2</sup>

<sup>3</sup> Disponível:

<https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-CONCEIC-ÃO-Evaristo.pdf> acessado em 05/12/23

(Metodologias, didáticas, dinâmicas e cotidiano escolar) e *subjetivação* - em foco a subjetividade da criança negra.

- Utilizar esses registros para aprimorar continuamente as práticas e compartilhar aprendizados com a equipe.

## 7. CRONOGRAMA

	Janeiro 2024	Fevereiro 2024	Março 2024	Abril 2024	Maió 2024	junho 2024
Capacitação e Revisão Bibliográfica: Identificação e Mobilização de Profissionais	X	X	X			
Conhecer o campo de pesquisa		X	X			
Entrevista <b>Realização de Reuniões e Treinamentos</b> <b>Acompanhamento Contínuo e Avaliação</b>			X	X	X	
Escrevivências				X	X	
Tratamento dos dados					X	X
Escrita do artigo			X	X	X	X

## REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Evaristo. **A Escrivivência e seus subtextos**, in: Escrivivência : a escrita de nós, reflexões sobre a obra de CONCEIÇÃO Evaristo / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil** / Sueli CARNEIRO - São Paulo: Selo Negro, 2011. - (Consciência em debate/ coordenadora Vera Lúcia Benedito).

CAVALLEIRO, E.S. **O Processo de Socialização na Educação infantil: A Construção do Silêncio e da Submissão**. Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum., São Paulo, 9(2), 1999.

COSTA, Jacqueline da Silva. O papel do movimento negro na consolidação de um projeto político-educacional por meio das políticas de ação afirmativas. N'umbuntu em revista , v. 02, p. 01-20, 2019.

DOMINGOS, L. T. **Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência**. in Revista Identidade! | São Leopoldo | v. 22 n. 2 | p. 190-208 | jul.-dez. 2017 | ISSN 2178-0437X.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: Saberes Construídos nas lutas por emancipação** / Nilma Lino Gomes. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **NEGROS E EDUCAÇÃO NO BRASIL**, in: 500 anos de educação no Brasil / organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga, Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª edição . 608p. (Coleção História, 6).

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p

LIMA, Ivan Costa. **História da educação do negro(a) no Brasil: pedagogia interétnica de salvador, uma ação de combate ao racismo** / Ivan Lima Costa. - 1. ed. - Curitiba: Appris,



2017. 159 p.; 21cm (Educação e Direitos Humanos: Diversidade de Gênero, Sexual, Etnico-Racial e Inclusão Social).

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013

NOBLES, W. Sakhu Sheti: **retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado**. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 277-297.

NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 277-297.

OLIVEIRA, Fabiana de ; ABRAMOWICZ, Anete. **Infância, raça e "paparicação"**. Educação em Revista, v. 26, n. 2, p. 209–226, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vg5K7QqcXTm9ZRfsW9WVgvj/abstract/?lang=pt#>

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista**. FONSECA, Marcus Vinícius. A história da educação dos negros no Brasil / Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). – Niterói: EdUFF, 2016. 442p.

SILVA, Layla Maryzandra COSTA; RIBEIRO, Daniela Maroja. **A resignificação de uma pedagogia: construção da identidade da criança negra na educação infantil**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32165/1/O%20Jeito%20que%20o%20Corpo%20d%20>

SUESS, R. C.; SILVA, A. de S. **A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia**. Geografia Ensino & Pesquisa, [S. l.], v. 23, p. e7, 2019. DOI: 10.5902/2236499435469. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469>. Acesso em: 10 dez. 2023.